



A função socioambiental da propriedade rural sob um viés agroecológico em Nova Friburgo/RJ e seu entorno.

The socioenvironmental function of rural property under an agroecological bias in Nova Friburgo / RJ and its surroundings.

VALENTIM, Amanda; ALMEIDA, Rhayane; HUSSEIN, Semille; PEREIRA, Tatiana
UFRRJ, amandacjdc@hotmail.com.br;
UFRRJ, rhayane.la.santos@gmail.com
UFRRJ, semille.hussein@gmail.com
UFRRJ, tatianacotta75@gmail.com

Eixo temático: Juventudes e Agroecologia

Resumo: O presente trabalho expõe a questão da função socioambiental da propriedade e sua concretização por meio das atividades e práticas de moradores visitados pelo projeto Juventude Agroecológica (iniciativa dos grupos de extensão NIA e NAJUP Marli Coragem, ambos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em parceria com o Sobrado Cultural). Os grupos que formam o projeto, fazem um trabalho no sentido de troca de saberes e de criação de um legado para a comunidade do município de Bom Jardim e outros no entorno, todos na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Tal atividade é baseada em um trabalho de pesquisa do material produzido e documentado pelo Sobrado Cultural, e vivências periódicas no período de um ano, onde os alunos da Universidade vão às propriedades.

Palavras-chave: agroecologia; função socioambiental; propriedade; direito.

Keywords: agroecology; socio-environmental function; property; right

Introdução

O projeto Juventude Rural e Agroecologia nasceu numa parceria entre o Sobrado Cultural, localizado no distrito de Barra Alegre, município de Bom Jardim, e alguns grupos organizados da UFRRJ, tais como o Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia (NIA), o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJUP) Marli Coragem, o GAE, reunindo alunos de diversos cursos diferentes, tais como medicina veterinária, engenharia florestal, geografia, direito, engenharia da agrimensura, licenciatura em educação no campo, dentre outros.

O projeto teve o objetivo de proporcionar aos estudantes uma vivência agroecológica, estabelecendo as dimensões de pesquisa, difusão e legado como resultados possíveis dessa vivência.

No tocante à pesquisa, esta incumbiu-se de traçar a realidade local a partir da coleta de dados e visitas às propriedades, quando do intercâmbio com moradores e produtores rurais; a difusão, apresenta a Universidade e seus cursos à comunidade local e pulveriza a agroecologia percebida pelos estudantes; o legado, por sua vez, a partir de um produto final, dá ao Sobrado Cultural o suporte necessário à irradiação dos conhecimentos adquiridos.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



Assim, o presente trabalho, fruto dessa experiência, visa demonstrar a concretização da função socioambiental da propriedade rural sob um viés agroecológico, percebido no âmbito do projeto Juventude Rural e Agroecologia especificamente pelos componentes do NAJUP Marli Coragem, atividade de extensão do curso de Direito.

Metodologia

A metodologia do trabalho consistiu em uma pesquisa bibliográfica acerca das definições fundamentais dentro do tema abordado. Para tanto, há o desenvolvimento de conceitos presentes na literatura de direito ambiental, civil, administrativo e a definição constitucional.

A partir daí, nos debruçamos sobre os relatórios produzidos em cada visita de propriedade nas vivências e elegemos aquelas que consideramos mais significativas em termos de diversidade de atividades garantidoras de um ambiente ecologicamente equilibrado. Elas são descritas no corpo do trabalho com o objetivo de análise da realidade local, conjuntamente com o que é definido nas concepções de função socioambiental da propriedade advindas da Constituição e demais fontes mencionadas.

Resultados e Discussão

Inicialmente, cabe a construção de alguns conceitos essenciais ao desenvolvimento do trabalho e de seu objeto.

A Constituição Federal, no que tange à função social da propriedade rural traz um rol de requisitos que consubstanciam a necessidade de uma prática agrícola cada vez mais adequada. Sendo assim, define que a função social da propriedade rural é cumprida quando há “aproveitamento racional e adequado, utilização adequada de recursos naturais e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores” (art.186 da Constituição Federal de 1988).

Daí se extrai a urgência da adoção da agroecologia como forma essencial de cumprimento da função socioambiental da propriedade rural. Não há que se perder de vista que, para além de ser uma ciência, enquanto forma de produção agrícola, a agroecologia também é capaz de promover direitos humanos como saúde, sustentabilidade, meio ambiente ecologicamente equilibrado, trabalho, agrobiodiversidade e segurança alimentar e nutricional para todos (LEONEL JUNIOR, 2016.)

Decerto, Nova Friburgo e seu entorno possuem como carro-chefe econômico a produção têxtil e de flores em larga escala. Contudo, são as pequenas propriedades e propriedades familiares que mais aderem às práticas agroecológicas em sua



integralidade ou mesmo, em transição, nessa região, ao garantirem o próprio alimento e sustento.

Tal realidade torna-se possível na vivência camponesa pautada pela cooperação entre trabalhadores rurais e seus vizinhos. As relações se estreitam à medida que trocam mudas e sementes, se revezam na colheita, reúnem o excedente da produção e comercializam em feiras. Enfim, organizam-se.

Partindo dessa premissa, elucidaremos a situação fática de algumas das propriedades visitadas ao longo do projeto, por meio de breves relatos, de modo a demonstrar que a função socioambiental se concretiza nas práticas de uso dos imóveis.

Ainda no início do ciclo de vivências, ficou claro que as propriedades a serem visitadas exerciam atividades muito diversificadas. O primeiro imóvel visitado está localizado na comunidade de Santo Antônio, em Bom Jardim, no interior do estado do Rio de Janeiro. Ali, os donos trabalham na terra e têm nela sua principal fonte de renda e alimentação, advinda do que plantam. São conhecidos na região por comercializarem produtos orgânicos, e realizam parceria com outros trabalhadores que também plantam ali.

Como produzem orgânicos, não fazem uso de agrotóxicos, e não compram suas mudas. O agricultor aprendeu a plantar com seu pai, e utiliza as mudas desde então. Também não têm o hábito de fazer uso do fogo no solo, além de realizarem o pouso da terra devidamente.

A segunda propriedade escolhida é o Viveiro da Mata Atlântica, localizado em Lumiar, com tamanho aproximado de 30 hectares. Nela há venda de mudas de árvores nativas, plantio de sementes que são concedidas, muitas vezes, pela própria comunidade e a área do Viveiro é reflorestada com uma equipe que trabalha no local. Seu principal objetivo é ver o lugar coberto de vegetação nativa, além de fazer o mesmo pelas propriedades vizinhas. Por isso, incentiva os moradores da região para que também se utilizem dessas práticas.

Por fim, a terceira propriedade elencada trabalha o agroturismo e a meliponicultura para prover a própria subsistência, ao extrair o geoprópolis das abelhas melíponas e própolis das trigonas, produzindo pomadas, sabonetes, fitoterápicos e fitocosméticos. O proprietário, também filho de agricultor, se utiliza do saber camponês para preservar a área e reconhece a importância de um reflorestamento consciente que preconize a mata nativa e, assim, atraia fauna, a exemplo das abelhas nativas, excelentes polinizadoras. Ademais, trabalha em um viveiro correspondente em Petrópolis e utiliza as sementes da própria floresta.

Finalmente, com relação às propriedades visitadas – cinco no total e três descritas a fundo, como demonstrado na tabela a seguir – e como resultado da discussão posta, é possível perceber que, de forma geral, há uma percepção da concretização da



função socioambiental por meio das vivências, e que a agroecologia também é uma forma efetiva de se alcançar o cumprimento desse princípio constitucional.

TOTAL DE PROPRIEDADES VISITADAS	TOTAL DE PROPRIEDADES DESCRITAS NO TRABALHO	CONSIDERADAS PROPRIEDADES COM VIÉS AGROECOLÓGICO
5	3	5

Conclusões

Findas a conceituação da função socioambiental da propriedade, e também a descrição do Projeto Juventude Agroecológica, pontuaremos alguns aspectos.

Resta clara a importância das vivências que foram realizadas, ocasião em que conseguimos conhecer, de perto, o trabalho desenvolvido por cada proprietário e como eles atuam para dar função socioambiental na utilização de seus imóveis.

Unindo os conceitos e o texto legal ao relato técnico, é possível perceber como o Sobrado Cultural atua promovendo o descrito no artigo 1.228, §1º do Código Civil ao preservar o ambiente cultural (patrimônio cultural e artístico), por meio das suas atividades culturais e de documentação da memória da comunidade.

Note-se que na propriedade de cultivo agrícola, eles desenvolvem suas atividades de trabalho na terra com responsabilidade e utilização adequada dos recursos naturais, como ordena o artigo 186, II da Constituição Federal; assim como o Viveiro da Mata Atlântica de Lumiar e a propriedade apicultrora que operam de maneira enérgica para a preservação e reconstrução do ambiente nativo, lembrando aqui do entendimento do STJ onde também é exigido do proprietário a reparação de possíveis danos da propriedade, mesmo que este não os tenha cometido.

Por ora, as propriedades visitadas pelo projeto têm se apresentado como peças importantes na demonstração prática do que é a função socioambiental, e que, apesar de seu cumprimento não ser algo fácil a ser alcançado e, mesmo mantido, ainda assim é possível.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia

Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares



LEONEL JUNIOR, G. **Direito à Agroecologia: a viabilidade e os entraves de uma prática agrícola sustentável** – 1ª Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.